

POLÍTICA E PAÍS

Governo mira nos infiéis do Senado

Reforma da Previdência: 13 senadores da base votam contra e ajudam a derrubar mudança no abono

A manutenção do limite para pagamento do abono salarial do PIS/Pasep - que tirou R\$ 76,4 bilhões da Reforma da Previdência em dez anos - acendeu o alerta de “infiéis” no governo Bolsonaro: 13 senadores da base governista votaram contra a proposta de Paulo Guedes, ministro da Economia. A equipe econômica precisava reunir 49 votos a favor da alteração que restringiria o pagamento do benefício, mas o placar ficou em 42 a 30.

A lista de infiéis inclui senadores que costumam votar alinhados ao governo, como Dario Berger (MDB-SC) e Esperidião Amin (PP-SC). Líder da maior bancada do Senado, Eduardo Braga (MDB-AM) também virou o voto para ajudar a derrubar a mudança no abono.

A proposta aprovada na Câmara restringia o pagamento do benefício anual, no valor de um salário mínimo (R\$ 998), a quem recebe até R\$ 1.364,43 por mês. Com a derrota no Senado, ficam valendo as regras atuais, que garantem o repasse a quem ganha até dois salários mínimos (R\$ 1.996). O benefício é pago a quem tem carteira assinada e recebe até dois salários mínimos, independentemente da renda familiar, e não contempla trabalhadores informais.

Também foram favoráveis à reforma, mas contrários à mudança no abono salarial, os senadores Alessandro Vieira (CDD-SE), Alvaro Dias (Podemos-PR), Eduardo Girão (Podemos-CE), Flávio Arns (Rede-PR), Jorge Kajuru (CDD-GO), Katia Abreu (PDT-TO), Mara Gabrilli (PSDB-SP), Reguffe (Podemos-DF), Rodrigo Cunha (PSDB-AL) e Styvenson Valentim (Podemos-RN).

Outros dois senadores que votaram favoráveis ao texto-base foram embora antes da votação do desta-

'TRAIDORES'

- Alessandro Vieira (Cidadania-SE)
- Alvaro Dias (Podemos-PR)
- Dario Berger (MDB-SC)
- Eduardo Braga (MDB-AM)
- Eduardo Girão (Podemos-CE)
- Esperidião Amin (PP-SC)
- Flávio Arns (Rede-PR)
- Jorge Kajuru (Patriota-GO)
- Kátia Abreu (PDT-TO)
- Mara Gabrilli (PSDB-SP)
- Reguffe (Podemos-DF)
- Rodrigo Cunha (PSDB-AL)
- Styvenson Valentim (Podemos-RN)

PIS/PASEP

R\$ 998

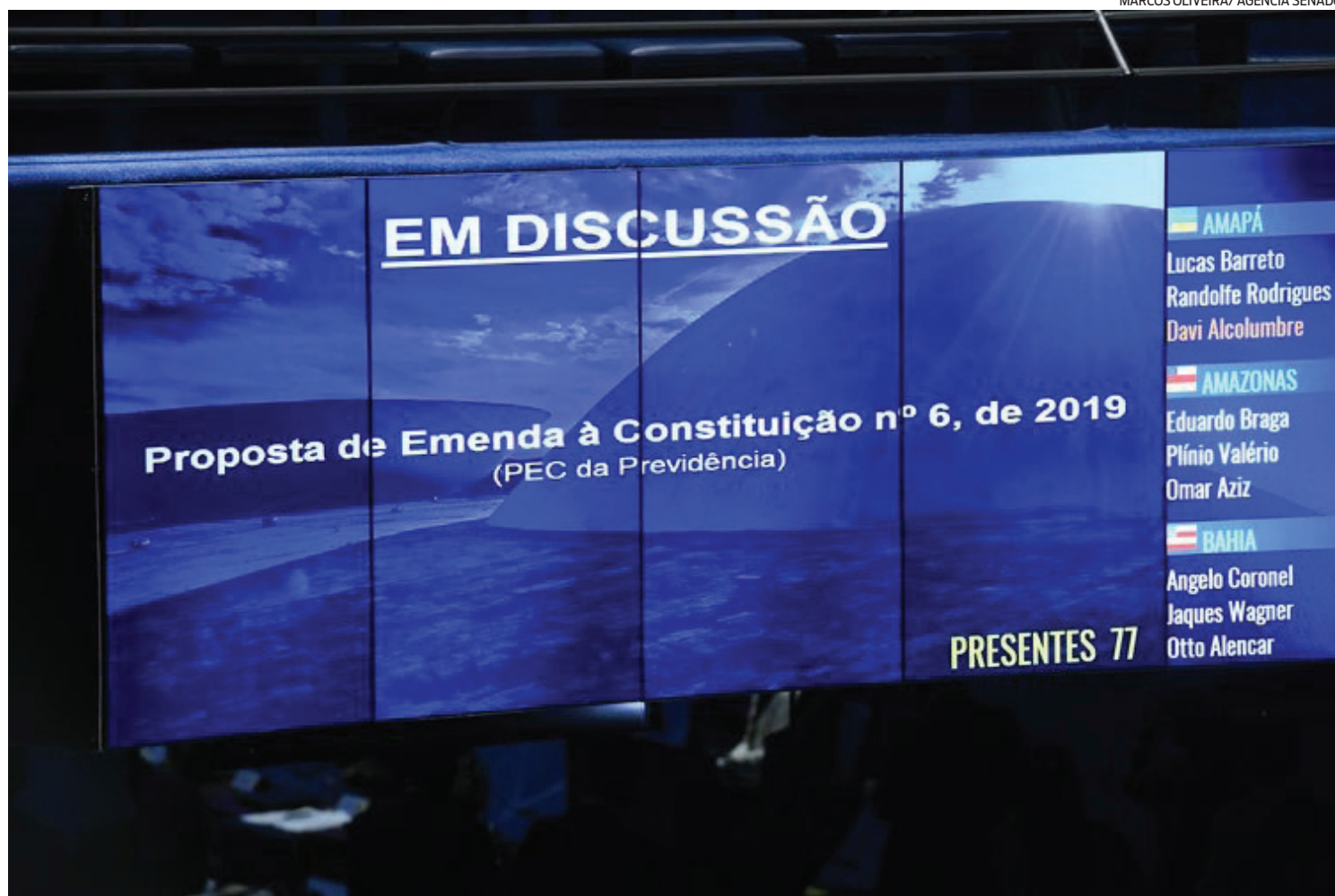
Valor pago de abono anual para quem ganha até dois mínimos por mês.

que sobre o abono: Marcos Rogério (DEM-RO) e Telmário Mota (PROS-RR).

Já o líder do PSD no Senado, Otto Alencar (BA), foi na direção contrária: votou contra a reforma, mas apoiou a mudança no abono.

O secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Rogério Marinho, acompanhou toda a votação dentro do plenário e lamentou a derrota. Ele admitiu que o governo precisará se reorganizar para as próximas batalhas no Congresso. “Na hora que você tem uma derrota é evidente que alguma coisa não está certa. O governo certamente terá o tempo necessário para se debruçar sobre o problema e tentar corrigi-lo”, disse.

Com Agência Estadão Conteúdo



Placar instalado no plenário do Senado mostra quem votou a favor e contra a proposta do governo que mudava o limite para receber o abono

Dinheiro ‘perdido’ vai sair do Pacto Federativo

PAULO CARNEIRO/PARCEIRO/AGÊNCIA O DIA

➤ A redução da economia em R\$ 133,2 bilhões da Reforma da Previdência no Senado terá consequências. A desidratação inesperada deflagrou uma megaoperação no governo para evitar perdas ainda maiores, numa força-tarefa que mira agora o segundo turno para manter a potência fiscal de R\$ 800,3 bilhões. Para compensar a perda do ministro da Economia, Paulo Guedes, teria determinado que o valor seja compensado no Pacto federativo. Ou seja, o dinheiro vai sair de estados e municípios.

A indicação de Guedes a seus auxiliares de que

haverá “troco” da equipe econômica gerou ainda mais animosidade no ambiente já conflagrado do Senado. “Retaliação? Pau que dá em Chico dá em Francisco”, avisou o líder do MDB no Senado, Eduardo Braga (AM).

Os senadores já estão insatisfeitos com os rumos da divisão dos recursos do megaleilão de petróleo do pré-sal e querem respaldo do governo para garantir a fatia dos estados. A Câmara articula reduzir a parcela de governadores para turbinar os repasses às prefeituras. Sem uma definição sobre os recursos, um grupo de senadores ameaça travar a votação em segundo tur-



Ministro Paulo Guedes

no, que estava prevista para 10 de outubro.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), admitiu que a próxima vota-

ção — última etapa antes da promulgação da reforma — pode atrasar. O principal obstáculo é a resistência de senadores em dar aval à chamada quebra de interstício, que permitiria a votação antes do intervalo de cinco sessões exigido pelo regimento. O pano de fundo, porém, é a disputa pelos recursos do leilão.

Alcolumbre disse que busca entendimento, mas reconheceu que a votação pode ficar para a semana que vai de 14 a 18 de outubro: “Acaba saindo um pouco do calendário da primeira quinzena de outubro, passando para a próxima semana”.

PF cumpre mandados no BTG Pactual

Operação investiga vazamento de resultados de reunião do Copom

Policiais federais e agentes estão na sede do banco BTG Pactual, em São Paulo, para cumprir mandados de busca e apreensão. A operação do Ministério Público Federal (MPF) e da Polícia Federal (PF), batizada de Estrela Cadente, investiga o vazamento de resultados da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central entre os anos de 2010 e 2012.

De acordo com o Ministério Público Federal, a operação apura o fornecimento de informações sigilosas em relação a mudanças na taxa básica de juros, a Selic, por parte da cúpula do Ministério da Fazenda e do Banco Central.

O principal beneficiário seria um fundo de investimento administrado pelo BTG. Gracias ao vazamento, afirma o MPF, o fundo teria obtido lucros extraordinários de dezenas de milhões de reais.

Os procuradores e policiais investigam as possíveis práticas de corrupção passi-



BTG Pactual é citado em delação premiada do ex-ministro da Fazenda e da Casa Civil Antonio Palocci

va, corrupção ativa, informação privilegiada e lavagem de dinheiro.

A investigação tem como base a delação premiada firmada pelo ex-ministro da Fazenda e da Casa Civil, Antonio Palocci. Segundo ele, além do caso do BTG sobre o Copom, grandes instituições financeiras tinham interesse em apoio do governo na defesa de interesses das instituições e seus acionistas.

Em nota, o BTG afirmou que recebeu pedidos de informação do MPF referentes à

operações realizadas pelo fundo Bintang FIM. O banco disse ainda que era apenas o administrador do fundo e que não tinha poder de gestão ou participação nele. Cabe ao administrador criar o fundo e aprovar seu regulamento. A instituição que cumpre esse papel não é responsável por definir quais ativos vão compor o fundo ou estratégias que serão adotadas para garantir rentabilidade para a aplicação.

O fundo Bintang FIM, segundo o BTG, tinha apenas um cotista, que era um pro-

fissional do mercado financeiro, um gestor credenciado junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

O gestor da carteira é o profissional (pessoa física ou jurídica) responsável pelos investimentos feitos pelo fundo. É quem decide quais ativos irão compor a sua carteira, quando e quanto comprar ou vender de cada ativo.

De acordo com o BTG, o cotista do fundo Bintang nunca foi funcionário do banco ou tinha ligação com qualquer um de seus sócios.

DIA A DIA

DITADURA: AGU ENTRA NA COMISSÃO

A Advocacia-Geral da União (AGU) vai passar a opinar nos casos de indenização a vítimas da repressão do Estado no período que abrange a ditadura militar (1964-1985).

A palavra final sobre a concessão do benefício continua sendo da ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, que

podará acatar ou não a posição técnica emitida pelo órgão.

A intenção do governo é dar mais segurança jurídica e celeridade na análise dos processos - além de dissipar suspeitas de que há parcialidade na atuação da gestão de Jair Bolsonaro no tema. A AGU vai criar uma força-tarefa para cuidar do assunto.

CAMPANHA ANTICRIME DE MORO

A campanha publicitária para aprovação do pacote anticrime do ministro Sergio Moro, lançada ontem custou R\$ 10 milhões e ficará no ar até o dia 31 de outubro. Três vídeos com depoimentos reais, segundo o governo, de familiares de pessoas que foram assassinadas por criminosos beneficiados por situações que o pacote

anticrime deseja alterar: a saída temporária e a execução da sentença após condenação pelo Tribunal do Júri ou em segunda instância.

O grupo de trabalho que analisa o pacote na Câmara, no entanto, já rejeitou as propostas sobre saídas temporárias e sobre execução provisória a condenados no tribunal do júri.

OPERAÇÃO BLACK JACK DESBANCA PCC

A Polícia Civil de São Paulo deflagrou a Operação Black Jack contra a ‘Sintonia da Rifa’ - esquema de venda de rifas do PCC que rendia até R\$ 14,4 milhões por ano à facção. Cerca de 130 policiais civis saíram às ruas para cumprir 11 mandados de prisão preventiva, um de

prisão temporária e 26 de busca e apreensão em 13 cidades do interior paulista.

A polícia estima que cada edição bimestral gerava 60 mil números, cada um vendido a R\$ 40. Assim, a facção criminosa poderia obter até R\$ 14,4 milhões brutos ao ano.